

A INFÂNCIA NA PERSPECTIVA DE FRIEDRICH FROEBEL – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

MARCUCCI, Adriely Boldrini¹

MORGAN, Alessandra²

SALVATI, Marilena Lemes Marques³

RESUMO: Este estudo apresenta um recorte histórico temporal do advento dos jardins de infância em Froebel, o qual abordará uma historiografia da infância, e quando começou a surgir os espaços infantis, ou seja, os primeiros jardins de infância, sendo realizado um estudo e análise de como as crianças passaram a fazer parte desse contexto. É de extrema importância salientar que para desenvolver esta pesquisa foi utilizado dos estudos de Alessandra Arce (2002), na sua obra intitulada Friedrich Froebel - O pedagogo dos Jardins de Infância, evidenciando sobre a gênese dos jardins de infância a partir de Friedrich Froebel no século XVIII, compreendendo o mesmo como um precursor da importância de ter os espaços da Educação Infantil para a primeira infância de zero a seis anos. Neste sentido, justifica-se evidenciar a origem da Educação Infantil que teve início na Europa e abarca outras sociedades. De acordo com Marafon (s/d), implementa-se no Brasil, as primeiras instituições assistencialistas acopladas em empresas, as quais tinham o objetivo apenas de cuidar dos filhos de mães operárias. Neste sentido foram realizados estudos de cunho bibliográfico e exploratório, com leituras em artigos acadêmicos e livros, sendo utilizados Leis como a Leis de Diretrizes e Bases e a Constituição Federal de 1988. Sendo assim, nota-se um grande avanço na educação desde os jardins de infância sendo ele caracterizado como espaços romantizados, até a Educação Infantil de cunho assistencialista e pedagógico dos dias atuais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Friedrich Froebel. Jardim de Infância.

THE CHILDHOOD IN THE PERSPECTIVE OF FRIEDRICH FROEBEL – SOME CONSIDERATIONS

ABSTRACT: This study presents a temporal historical cut of the advent of kindergartens in Froebel, in which it will deal with a historiography of childhood, and when children's spaces began to appear, that is to say, the first kindergartens, being carried out a study and analysis of how the children became part of this context. It is of extreme importance to point out that to develop this research was used in the studies of Alessandra Arce (2002), in his work Friedrich Froebel - The pedagogue of the Gardens of Childhood, evidencing on the genesis of the kindergartens from Friedrich Froebel in the century XVIII, understanding the same as a precursor of the importance of having the spaces of Early Childhood Education for infancy from zero to six years. In this sense, it is justified to highlight the origin of Early Childhood Education that began in Europe and encompasses other societies. According to Marafon (s / d), the first welfare institutions engaged in companies were implemented in Brazil, which were aimed at caring for the children of working mothers. In this sense, bibliographic and exploratory studies were carried out, with readings in academic articles and books, using Laws as the Laws of Guidelines and Bases and the Federal Constitution of 1988. Thus, a great advance in education is observed from the gardens of childhood being characterized as

¹Graduanda do 8º período do curso de Pedagogia do Centro Universitário da FAG;

²Graduanda do 8º período do curso de Pedagogia do Centro Universitário da FAG;

³ Professora orientadora do curso de Pedagogia do Centro Universitário da FAG;

romanticized spaces, until the Infant Education of assistance and pedagogical aspects of the present day.

KEY WORDS: Early Childhood Education. Friedrich Froebel. Kindergarten.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo aborda o advento dos jardins de infância a partir de Friedrich Froebel, bem como sua disseminação da Europa para o Brasil, demonstrando sua inovação no que diz respeito aos espaços infantis. Através de Alessandra Arce, é possível tecer este desenvolvimento.

Propriamente entre os anos de 1782 a 1852, existiram os jardins de infância criados por Friedrich Froebel, pois ele via as crianças de zero a seis anos como flores e as professoras como jardineiras que iriam regá-las, ou seja, cuidá-las e educá-las. Sendo assim, a criança passou a ser vista como pura e inocente, alguém que precisava de cuidados diferentes dos adultos, tudo o que ela ouve ou vê pode ser fator fundamental para o seu crescimento. A fase da infância, hoje muito bem reconhecida, entende-se pela criança como uma esponja, ela absorve as coisas e reproduz com muita facilidade, por isso, tudo deve ser repassado com muita cautela, para que essa criança cresça mentalmente saudável. Pode-se, assim, analisar como a Educação Infantil se tornou indispensável no desenvolvimento da criança, pois o início do seu ensino seria o sentido e o contato que a mesma tem com o mundo.

Entende-se, então, a necessidade de tal pesquisa para obter-se a compreensão do que a criança da antiguidade passou, sem ter a noção de infância e como deve ser tratada nos dias atuais. Para melhor compreensão deste contexto, utiliza-se autores como: Alessandra Arce, Danielle Marafon, Friedrich Froebel, Ieda Abbud, Marcia Cossetin, Sônia Kramer, Moysés Kuhlmann Junior, entre outros. Também, para auxílio, trabalha-se em concordância com alguns documentos governamentais, tais como: Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e a Constituição Federal de 1988.

2 DESENVOLVIMENTO

De acordo com Arce (2002), Friedrich Froebel⁴ foi uns dos primeiros educadores a pensar em analisar a infância com demasiada importância, relacionando-a com a natureza. Froebel sustentava que tudo era referente a Deus, porém, sempre defendeu uma Educação laica, na qual a criança deveria ter uma infância livre, podendo ter um contato sensorial e expressar-se com o mundo, desde o início de sua vida, assim, entende-se que a razão de toda educação é a percepção.

Como caracteriza Marafon (s/d)

Percebemos que Froebel admite que o homem, como criação de Deus, é bom por natureza. A educação, não faz o homem bom, mas tem o objetivo de proteger a criança de modo que sua natureza não seja direcionada de forma errada (MARAFON, S/D, p. 03).

Conforme Arce (2002), Froebel também relata que, se a base da Educação da primeira infância é a percepção, então, a mulher, ou seja, a mãe seria fundamental na Educação em seu processo ensino-aprendizagem, competindo a esta desenvolver na criança a percepção do mundo.

Disso discorre outro princípio da pedagogia de Froebel, o de que saber educar é algo que se desenvolve espontaneamente, na prática. A mulher-mãe, possuindo naturalmente atributos necessários a uma educadora, só precisaria que os mesmos fossem despertados no fazer educativo (ARCE, 2002, p.43).

A autora supracitada ainda diz que Froebel relacionava Deus, humanidade e natureza chamando-os de “unidade vital”, os procedimentos de exteriorização e interiorização eram indispensáveis, pois somente assim o homem teria um desenvolvimento completo, ou seja, a educação propriamente dita. O procedimento de interiorização referia-se na criança conhecer o universo externo, percorrendo para o interior, e o procedimento de exteriorização, no qual a mesma precisa entender o universo interno, ou seja, do conhecido para o desconhecido.

⁴ Friedrich Froebel, filho do pastor luterano Johann Jakob Froebel e de Jakobine Eleanore Hoffmann, nasceu aos 21 de abril de 1782, na vila de Oberweissbach, do Principado de Schwarzburg-Rudolstadt, situado na floresta da Turíngia, região sudeste da Alemanha. Sua mãe veio a falecer em 7 de fevereiro de 1783, em consequência de problemas de saúde decorrentes do parto. [...] Seu pai casou-se novamente em 1785, e até essa época, quem cuidava de Froebel eram seus irmãos mais velhos e pessoas estranhas. Logo após o casamento, a madrasta de Froebel teve seus próprios filhos e voltou-se para o cuidado destes, o que, aliado ao fato do pai de Froebel ser um pastor muito ocupado, fez com que a infância de Froebel fosse a de uma criança quase que entregue a si própria, o que parece ter influenciado na formação de uma atitude autodidata desse educador alemão. Entretanto, apesar de muito ocupado, foi o pai quem ensinou Froebel a ler, escrever e calcular.

Segundo Arce (2002), Froebel diz que a criança necessita ser analisada conforme a unidade vital, para que, assim, o educador possa compreender seu educando na íntegra. Para isso, Friedrich Froebel destaca três pontos cruciais em sua metodologia. O primeiro ponto é o professor conhecer seu aluno, pois, os dois estão ligados à unidade vital, então, logo deveriam direcionar o ensinamento a Deus. No segundo ponto, o educador precisaria direcionar o educando a uma vivência honesta e benevolente; e, por fim, o terceiro ponto, o conhecimento é direcionado a um desdobramento livre, assim, o educador deve deixar seu educando agir de forma natural.

Na visão de Arce (2002), Froebel constitui três divisões no Jardim de Infância, sendo a primeira para a faixa etária de quatro anos, a segunda de cinco anos e a terceira divisão de seis anos.

Como caracteriza a autora supracitada, em 1840, em Blankenburg, Friedrich Froebel foi o fundador do primeiro Jardim de Infância, ou em alemão Kindergarten (Kind – criança e Garten – jardim), ou seja, um centro para crianças de até seis anos.

Seu propósito residia em guiar, orientar e cultivar nas crianças suas tendências divinas, sua essência humana através do jogo, das ocupações e das atividades livres, tal como Deus faz com as plantas da natureza (ARCE, 2002, p.66-67).

Ele defendia que as crianças são como flores, as professoras são as jardineiras e terão como função cuidar e cultivar essas plantas. A criança era vista como agente fundamental na construção do seu conhecimento e também a importância fundamental aos espaços infantis.

Para Kuhlmann (2010), os ideais do jardim de infância de Froebel assentiam a importância e peculiaridade do atendimento educacional a um infante antes do período escolar, ou seja, dos três aos seis anos. O entendimento de que a criança não aprendia apenas a partir dos setes anos, quando começava a vida escolar, vinha em conjunto à intenção de não submeter essa capacidade da criança nos moldes da escola primária.

A criança dos quatro aos seis anos, no jardim, educaria a mão e o olho, desenvolveria hábitos e asseio, urbanidade, império sobre si mesma, aguçaria o engenho, interpretaria os números e as formas geométricas, inventaria combinações de linhas e imagens, e as representaria com o lápis, nessas valiosas lições e, acima de tudo, as preciosas inspirações que, sugeridas pelo trato no Kindergarten, hão de penetrar os métodos de educação nas outras escolas. (KUHLMANN, 2010, p.134)

Como descrito por Arce (2002), nos anos de 1843 a 1844 são fundados vários Jardins de Infância com a pedagogia froebeliana na Alemanha, com mais de quarenta instituições. Sendo assim, Froebel começa a formar mulheres para trabalharem em suas instituições, por isso iniciou cursos de formação de jardineiras.

Em 23 de agosto de 1851, foram proibidos todos os Jardins de Infância na Alemanha e Froebel foi acusado de ateísmo e de ser socialista; este fato deveu-se, em parte, a uma confusão com seu sobrinho comunista. Apesar das alegações de Froebel de nunca ter se envolvido com política, as ideias de educação que alicerçavam suas instituições foram consideradas inadequadas e acusadas, por fim, de pertencerem a partidos social-democratas. Em 1852, Froebel veio a falecer sem que seus Jardins de Infância voltassem a funcionar (ARCE, 2002, *apud* PRUFER, 1930, p. 70).

Para Marafon (s/d) *apud* Kuhlmann Junior (2001), o método de Friedrich Froebel não era somente de cunho pedagógico, ou seja, tinha um caráter assistencialista, mas os jardins de infância eram apenas para crianças da alta sociedade; e as crianças de baixa renda iam para creches, em que era apenas assistencial, para que os responsáveis pudessem sair para trabalhar sem nenhuma preocupação de que seus filhos estivessem sem cuidados.

Durante a primeira metade do século XIX, em outros países europeus, como Holanda e repúblicas italianas, também surgiram instituições similares, para diferentes faixas etárias. Mas foram as creches, jardins-de-infância de Froebel e as salas de asilo, depois chamadas escolas maternais, que passaram a ser mais difundidas (MARAFON, s/d, p. 04).

Como caracteriza Abbud (2011), os Kindergarten chegam aos Estados Unidos da América por volta de 1860, mais propriamente na cidade de Boston, pelas irmãs Elizabeth Peabody e Mary Mann, a qual tinha intenção de atender crianças bilíngues, ou seja, as variações linguísticas. Em meados de 1867, as irmãs não tiveram resultados positivos, então, Peabody viaja para a Europa atrás de mais conhecimentos sobre o grande projeto de Friedrich Froebel e, somente em 1873, institui o primeiro Kindergarten público, tendo vagas apenas para vinte crianças.

Nos anos de 1880 a 1890, os *free kindergartens* caritativos, nas grandes cidades, começaram a modificar a pedagogia do *kindergarten* froebeliano alemão, para ir ao encontro das necessidades das crianças e famílias imigrantes pobres. A medida que as funções de bem-estar do *kindergarten* se tornavam mais destacadas, educadores dos *free kindergartens* passaram a adicionar novas atividades, baseadas nas experiências das crianças urbanas. Esses educadores também adotaram ideias científicas sobre o desenvolvimento infantil e modernizaram os métodos de Froebel

para ficarem mais de acordo com os dados psicológicos (ABBUD, 2011 *apud* BEATTY, 2000, p. 33-34).

Segundo Arce (2002), após alguns anos da morte de Froebel, os Jardins de Infância chegam ao Brasil a partir das labutas de Susan Elizabeth Blow⁵ e Elizabeth Peabody⁶. A primeira instituição ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, juntamente ao Colégio Menezes Vieira, sendo uma unidade particular. Dois anos depois, é aberto em São Paulo numa escola protestante, Escola Americana. Porém, apenas em 1896, o Jardim de Infância passa a ser público, mas somente para a elite, ainda excluindo os alunos de baixa renda. “Foram sendo pensadas novas alternativas para o atendimento das crianças, que muitas vezes eram exploradas ou abandonadas por seus pais. A necessidade de espaços para a “guarda” destas crianças era emergencial” (MARAFON, s/d, p. 05).

Segundo Marafon (s/d), em 1883, na cidade do Rio de Janeiro, ocorre a Primeira Exposição Pedagógica, na qual percutia que os Jardins de Infância de Friedrich Froebel eram inseguros para as crianças que os frequentavam. Nesta mesma exposição, que seguia somente os interesses do público privado, houve um comitê para defender os jardins, na qual Marafon (s/d) *apud* Bastos (2001) relatou que os jardins de infância, criados por Froebel são, primeiramente, instituições de Educação/Conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento motor e psíquico das crianças, favorecendo o seu crescimento saudável, utilizando de atividades e técnicas adaptadas para sua faixa etária.

Os estudos que atribuem aos jardins de infância uma dimensão educacional e não assistencial, como outras instituições de educação infantil, deixam de levar em conta as evidências históricas que mostram uma estreita relação entre ambos os aspectos: a assistência é que passou, no fim do século XIX, a privilegiar políticas de atendimento à infância em instituições educacionais e o jardim de infância foi umas delas, assim como a creche e as escolas maternas. (KUHLMANN, 2010, p. 151).

⁵[...]Susan Elizabeth Blow (1843-1916). Ela abriu com sucesso o primeiro Jardim de Infância público dos Estados Unidos em St. Louis. Blow traduziu partes do livro de *Cantos da mãe*, além de escrever uma introdução às ideias filosóficas de Froebel. Blow foi a grande expoente na América do pensamento de froebeliano, não admitindo inovações no mesmo e procurando enfatizar sempre o caráter filosófico da obra do autor como fundamental para o entendimento de sua prática. Ela publicou os seguintes livros a respeito da teoria de Froebel: *Symbolic education* (1894); *Letters to a mother on the philosophy of Froebel* (1899) e *Kindergarten education* (1900).

⁶[...]Elizabeth Peabody (1804-1894) toma contado pela primeira vez com os trabalhos de Froebel e passa a estudá-lo. Em 1860, Elizabeth abre em Boston o primeiro Jardim de Infância formal dos Estados Unidos, no qual trabalhou até 1867, quando iniciou uma viagem pela Europa com o objetivo de conhecer instituições que lá funcionavam baseadas na teoria frobeliana. Em 1877 ela organiza a União Americana Froebeliana, da qual foi a primeira presidente. Elizabeth também traduziu algumas obras de Froebel para o inglês, com o livro de *Cantos da mãe*. Elizabeth é acusada por seus críticos de ter deixado de lado o caráter filosófico da obra de Froebel reduzindo-o somente aos jogos e brincadeiras.

Conforme Marafon (s/d), há tempos já se era comentado em congressos sobre a necessidade de creches nas indústrias. Porém, somente a partir de, mais precisamente

No final da década de 1920 e no início dos anos 1930, que ocorreram as reivindicações por parte dos operários por melhores condições de trabalho; já as mulheres trabalhadoras lutavam por locais onde pudessem deixar seus filhos em horário de trabalho (MARAFON, s/d, p.10).

Como caracteriza Kuhlmann Jr (2010), foi então que em 13 de novembro de 1899 fundou-se a creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado no Rio de Janeiro, sendo a primeira creche para filhos de mulheres operárias, mas também para os de homens operários daquela empresa. Sendo um lugar em que trabalhadores(as) poderiam deixar seus pequenos em segurança, sabendo que seriam bem cuidados e não estariam sozinhos, podendo, assim, trabalhar sem preocupações. Em concordância com Marafon (s/d) *apud* Oliveira (2005), as creches poderiam ser instaladas dentro das indústrias, sendo capazes de controlar e gerar uma margem de lucro maior aos empresários.

Marafon (s/d) relata que, no decorrer do século XX, instituem no Brasil as primeiras escolas assistencialistas, como está citada a cima da Companhia. “Entretanto, considerado não como um direito dos trabalhadores e de seus filhos, mas como uma dádiva dos filantropos, propunha-se o atendimento educacional à infância por entidades assistenciais” (KUHLMANN JR, 2010, p. 83-84).

Ainda segundo o autor já citado, em 24 de março de 1899, o médico Arthur Moncorvo Filho cria o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), do Rio de Janeiro que, após 30 anos, já possuía 22 filiais por todo o país.

“O IPAI dividia os seus serviços em puericultura intrauterina – ginecologia, proteção à mulher grávida pobre, higiene da prenhez, assistência ao parto em domicílio, assistência ao recém-nascido – e extrauterina – que incluía o programa Gota de Leite (distribuição de leite), creche, consulta de lactantes, higiene da primeira idade, exame e atestação das amas de leite, exame das mães que pedem leite esterilizado para seus filhos, e vacinação.” (KUHLMANN JR, 2010, p.84).

Conforme Kramer (2001), em 1919 o Instituto de Proteção e Assistência à Infância institui o Departamento da Criança no Brasil, sendo de comprometimento total do Estado, mas quem mantinha com fundos monetários era Marcovo Filho, tendo como finalidade

realizar histórico sobre a situação da proteção à infância no Brasil (arquivo); fomentar iniciativas de amparo à criança e a mulher grávida pobre, publicar boletins, divulgar conhecimentos, promover congressos; concorrer para a aplicação das leis de amparo à criança; uniformizar as estatísticas brasileiras sobre mortalidade infantil (KRAMER, 2001, p. 53).

Como também em 1922, na cidade do Rio de Janeiro, ocorre o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, na qual criam-se os primeiros princípios e relações a assistência das crianças em jardins de infância e em instituições escolares maternas. Para Marafon (s/d) *apud* Kuhlmann Junior (1999), este tinha como finalidade abordar a criança em âmbitos pedagógicos, medicamentosos, higiênico, social e convívio familiar.

Na opinião de Kuhlmann (2010), Froebel, o fundador do Jardim de Infância, não almejava apenas transformar a educação infantil, mas também a estruturação familiar e todos os cuidados dedicados à infância, abarcando a relação entre o público e o privado. Ele considerava ainda, que teria demasiada importância à introdução de horas de trabalho manual na educação dos infantes, e “desejava criar um amplo de Jardim em que florescesse, como unidade, o espírito feminino e o cuidado sensitivo da infância.” (KUHLMANN, 2010, p. 109).

O autor já mencionado acima expõe que a educação assessorial passou a ser observada e, somente no Congresso Penitenciário Internacional, no ano de 1872, na cidade de Londres, foi discutido que essas instituições deveriam precaver as delinquências, e a proteção do infantil era um ponto crucial. A principal proposta era afasta-las das ruas, a segunda proposta seria possibilitar uma educação para as crianças da plebe direcionada para a sua vida, ou seja, para o trabalho, “por isso uma educação mais moral do que intelectual, voltada para a profissionalização.” (KUHLMANN, 2010, p. 167).

De acordo com Kramer (2001), no ano de 1946, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), juntamente com o seu propósito assistencialista ganha suporte específico para a maternidade e a infância, na qual começa-se a criar espaços destinados a defender as mesmas. A LBA em 1966, passa a atender a juventude/adolescência, sendo assim, precisou passar por modificações, passando a se chamar Fundação, ou seja, “destinada a prestar assistência à maternidade, à infância e à adolescência” (KRAMER, 2001, p.72).

Nascimento (s/d) salienta que, somente em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) promulga a Lei 4.024, na qual determina que a educação para os infantes menores de sete anos seria ofertada por instituições de jardins de infância e em escolas maternas. Entretanto esta

prosseguiu motivando os estabelecimentos de empreendimentos a preservar as escolas dentro do espaço de trabalho.

Kramer (2001) relata que, em 1971, em conjunto com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), implementa-se a Lei 5.692/71, descrevendo que “os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes.” (KRAMER, 2001, p.92).

O Ministério da Educação e Cultura instituía, em 1975, a Coordenação de Educação Pré-Escolar que, até hoje, dinamiza e centraliza as atividades desenvolvidas pelas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação em relação à educação das crianças menores de sete anos. (KRAMER, 2001, p. 62).

De acordo com Marafon (s/d), no ano de 1972, o desprezo com a Educação Infantil no Brasil referente a políticas educacionais era incessante, sabendo que em todo o país haviam inúmeras crianças de zero a seis anos matriculadas nas pré-escolas.

O grande embate de ideias tinha como centro a questão: se a educação de crianças de 0 a 6 anos deveria continuar com uma finalidade assistencialista ou deveria ter um cunho pedagógico, ou seja, educacional, mesmo que muitas instituições de ensino infantil já apresentassem várias características pedagógicas. (MARAFON, s/d, p.16).

De acordo com o Art. 208, inciso IV da Constituição Federal de 1988, que rege até os dias atuais, é dever do Estado garantir “educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;” (Constituição Federal, 1988).

Conforme Cossetin (2017), posteriormente à Constituição Federal de 1988, e legitimada com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, a Educação Infantil passa a fazer parte da primeira etapa da Educação Básica no Brasil, mas apenas depois da Emenda Constitucional de 2009 N°59 que se transfigura a Constituição, colocando como Lei nº 12.796/2013, a indispensabilidade de a Educação Básica ser dos 04 (quatro) anos aos 17 (dezessete) anos de idade, a qual

Institui a obrigatoriedade da pré-escola, estabeleceu também que a —[...] distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (COSSETIN, 2017, *apud* BRASIL, 2009, p.269).

Como caracteriza a autora já referenciada, a probabilidade de ter atendimentos em instituições de ensino para as classes menos favorecidas estava tendo um significativo avanço. Assim, os poderes municipais estavam submetidos a disponibilizar mais vagas para atender as crianças da pré-escola a partir dos quatro anos de idade, isto só foi possível a partir da determinação da Emenda de 2009.

Não estamos aqui defendendo a obrigatoriedade da frequência à creche para todas as crianças, pois os pais se quiserem e podem educar/cuidar dos filhos de até três anos que o façam, o que asseveramos é que esse atendimento educacional seja garantido, isto é, acesso (vagas), permanência e gratuidade, em creches para aqueles que precisam, com trabalho efetivamente educativo. (COSSETIN, 2017, p. 276).

De acordo com Brasil (2017), a Educação Infantil é dever dos municípios, juntamente com ajuda financeira dos Estados e do Governo Federal, assim, podendo garantir às crianças menores de 6 (seis) anos uma educação digna e de qualidade.

Brincar, ter contato com a natureza, ter alimentação sadia, desenvolver a curiosidade e ter acesso à higiene e à saúde são também garantias que as crianças têm nas instituições. As creches devem ensinar às crianças princípios de respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, direitos e cidadania, além de motivarem a expressão e a criatividade. (BRASIL, 2017, s/p).

Na opinião de Pacievitch (s/d), em alguns casos, os educandos trazem uma bagagem familiar em que são alfabetizadas inconscientemente, mas, entende-se que não é finalidade da Educação Infantil alfabetizá-las, pois ainda não têm maturidade neural para a mesma. Em vista disso, a Educação Infantil tem como objetivo estimular a criança integralmente e instigar sua curiosidade, sendo necessário ter um ambiente escolar agradável para que a mesma se sinta confortável e protegida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo consideramos que o advento dos Kindergarten-Jardins de Infância, através de Friedrich Froebel no século XIX, teve um grande impacto na Europa, tornando uma questão inovadora para a Educação naquele momento. Embora essa perspectiva de Froebel ser romântica e ter uma analogia no relacionamento das professoras com seus alunos, denominando as professoras como jardineiras, e os alunos como flores que deveriam ser regadas e cuidadas, exatamente como plantas para, assim, terem um desenvolvimento

saudável, mas, além desse aspecto romantizado se tornou revolucionário. Posteriormente a sua morte, os Jardins de Infância se disseminaram por toda Europa, juntamente com seus escritos sobre a importância das brincadeiras, dos jogos e dos cantos no desenvolvimento da criança. E por volta de 1860 chegam aos Estados Unidos da América, na qual atendia crianças bilíngues.

Blow e Peabody foram as principais difusoras dos pensamentos de Froebel na América e, a partir das pesquisas das mesmas, os Jardins de Infância chegam ao Brasil, mas somente para as crianças da elite, pois essas instituições não eram públicas. Porém, é no Brasil, propriamente no século XX, que a ideia romantizada de Froebel perde forças e as escolas acabam com um cunho assistencial em que mães operárias precisavam trabalhar, mas sem deixar seus filhos de lado. Assim, criaram-se as creches assistencialistas, nas próprias empresas, dando assistência a estas mães.

A partir disso, manifesta-se um novo pensamento sobre infância e a importância aos cuidados para com crianças de até seis anos de idade. Sendo assim, o médico Moncorvo Filho cria o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), o qual tinha o objetivo de cuidar da saúde materna e infantil. Em 1922, tem-se o primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância. Diante do exposto, nota-se uma grande preocupação com a infância naquele período, pois tudo começa, então, a se voltar para a criança de zero a seis anos e percebendo, de fato, o quanto essa fase é significativa para o progresso da criança.

Criam-se leis, como a Constituição de 1988, que previam o direito da Educação para todos, as quais se denotam a preocupação do governo para com a educação das crianças de zero a seis anos e, posteriormente, implementa-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em que, pela primeira vez, a Educação Infantil passa a fazer parte da primeira etapa da Educação Básica, criando, assim, políticas públicas para garantir o direito destas crianças à educação básica e de qualidade, perdendo seu romantismo e passando a ter um cunho mais científico.

Deste modo, o percurso dos Jardins de Infância, a se citar como a pedra fundamental de Friedrich Froebel, até a Educação Infantil no Brasil, é por este aspecto que em nosso país a mesma aderiu-se pela mão do trabalho, na qual somente a elite poderia ter acesso a estas instituições. Isto é, hoje pode-se notar que há uma Educação pública para todos, mesmo que ainda haja o binômio cuidar e educar, não exclui-se um cunho pedagógico e científico nas escolas.

REFERÊNCIAS

ABBUD, Ieda. **John Dewey e a educação infantil entre jardineiras e cientistas**. São Paulo: Cortez, 2011. Capítulo 1.5 página 20 a 34.

ARCE, Alessandra. **Friedrich Froebel: O pedagogo dos Jardins de Infância**. Ed. Vozes. 2002. Petrópolis, RJ.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**.

BRASIL. **Educação infantil no Brasil é responsabilidade dos municípios**. 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/editoria/educacao-e-ciencia/2017/08/educacao-infantil-no-brasil-e-responsabilidade-dos-municipios>> Acesso em: 12 set. 2018.

COSSETIN, Márcia. **As Políticas Educacionais no Brasil e o Movimento Todos Pela Educação: Parcerias Público-Privadas e as Intencionalidades para a Educação Infantil**. Maringá, PR: 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/INFOTECH/Downloads/2017%20-%20Marcia%20Cossetin.pdf> Acesso em: 10 set. 2018.

KRAMER, Sônia. **A Política do Pré-Escolar no Brasil: a arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 2001. 6ed. 42p á 108p.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2010. 192p.

MARAFON, Danielle. **Educação infantil no brasil: um percurso histórico entre as ideias e as políticas públicas para a infância**. s/d.

NASCIMENTO, Edaniele Cristine Machado do. **Processo Histórico Da Educação Infantil No Brasil: Educação Ou Assistência**. s/d. Disponível em: <file:///C:/Users/abmar/Desktop/TCC/Artigo%20Edaniele.pdf> Acesso em: 03 setembro 2018.

PACIEVITCH, Thais. **Educação Infantil**. s/d. InfoEscola. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/educacao/educacao-infantil/>> Acesso em: 14 setembro 2018.